

ENSINANDO A TRANSGREDIR: OS MODOS COMO VAMOS NOS TORNANDO PROFESSORAS NEGRAS NA LICENCIATURA EM BIOLOGIA

TEACHING TO TRANSGRESS: THE WAYS IN WHICH WE BECOME BLACK FEMALE TEACHERS IN THE BIOLOGY UNDERGRADUATE COURSE

Leidiane dos Santos Aguiar Macambira¹

Kelly Meneses Fernandes²

Alana Souza Alves Ferreira³

Larissa Souza da Silva⁴

Resumo

O presente artigo consiste em um estudo teórico sobre as condições de formação de mulheres negras licenciandas em Biologia como professoras antirracistas, e como as opressões de gênero e raça que interseccionam as histórias de diferentes mulheres podem ser articuladas para pensarmos seus processos formativos. Inspirando-nos na experiência de um Projeto de Extensão, discutimos como a constituição de um grupo de estudos, a contribuição de intelectuais negras, e exercícios de escritas, podem possibilitar a formação de professoras negras antirracistas no ensino de biologia. Consideramos, com estudo, que as intersecções entre gênero e raça nos permitem enxergar caminhos possíveis na formação de mulheres negras e professoras antirracistas no ensino de biologia.

Palavras-chave: Ensino de Biologia; Formação de Professores; Relações Étnico-raciais; Mulheres Negras;

Abstract

This paper is a theoretical study about the conditions of training black women Biology undergraduate as anti-racist teachers, and how the oppressions of gender and race that intersect the histories of different women can be articulated to think about their formative processes. Inspired by the experience of an Extension Project, we discuss how the constitution of a study group, the contribution of black intellectuals, and writing exercises can enable the formation of anti-racist black women teachers in biology education. We consider, with this study, that the intersections between gender and race allow us to see possible paths in the formation of black women and anti-racist teachers in biology education.

Keywords: Biology Teaching; Teacher Training; Ethnic-Racial Relations; Black Women;

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Educação e Pedagoga pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ). Professora no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC-SEEDUC-RJ). E-mail: leidianesamacambira@gmail.com

² Doutoranda em Biologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pelo Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ). Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professora substituta no curso de Biologia, Colegiado de Ciências Biológicas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus VII). Professora de Ciências na Prefeitura de Camaçari – BA. E-mail: kmfernandes@uneb.br

³ Graduanda em Biologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus VII). Bolsista de Extensão PROAPEX. E-mail: alanasouzaaf661@gmail.com

⁴ Graduanda em Biologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus VII). Bolsista de Extensão voluntária PROAPEX. E-mail: 0202souza@gmail.com

1 Introdução

Quais as condições para a formação de jovens, mulheres negras, licenciandas em Biologia para atuarem efetivamente como professoras antirracistas? Como, especificamente, as opressões de gênero e raça que interseccionam as histórias de diferentes mulheres, podem ser articuladas para pensarmos a formação inicial de professoras negras na licenciatura em Biologia? Como os modos de irem (nos) tornando professoras negras podem nos dizer de suas/nossas atuações para a educação das relações étnico-raciais no ensino de biologia? Questões como estas que balizaram o nascimento do Projeto de Extensão⁵ subsidiado por uma universidade pública, pautado no desejo e investida de ações que objetivam a refletir a formação inicial e continuada de professores/as negros e negras no ensino de Biologia. Nossa empreitada se soma às reflexões que reivindicam o recorte racial e de gênero para pensarmos a produção do conhecimento e a participação de mulheres negras na divulgação científica. Sendo assim, é importante reconhecer que a construção da história hegemônica da Ciência se deu a partir de uma desigualdade de gênero e que não superou a ideia de um sujeito universal (branco, homem e europeu) (BENITE, et al, 2018).

Formar professores/as de Biologia para educação das relações étnico-raciais é criar *espaçostempos* contínuos de encontro entre as diferenças étnico-raciais de sujeitos que ao refletirem sobre os diversos efeitos do racismo sobre suas vidas, possam inventar e propor práticas pedagógicas tensionadoras no Ensino de Ciências/Biologia que também é reprodutor de mentalidades racistas. Trata-se de formar professores/as não somente contestadores/as da universalidade das bases epistemológicas às quais são submetidas em seus processos formativos, mas também professores/as que no encontro com o outro, possam dinamizar relações que reflitam a real humanidade das pessoas negras e a igual potência de todos nós seres humanos (PINHEIRO, 2019). Nos processos formativos em que estamos envolvidas, como coordenadoras, professoras e licenciandas, vimos incorporando que, encontrar o outro na educação, é também um movimento de encontrar-se com nós mesmas, enquanto mulheres negras imersas em uma sociedade estruturada pelo racismo e pelo patriarcado, e que incluir questões de gênero articuladas com as relações étnico-raciais no ensino de Biologia requer como sugere Macambira (2021, p.14) que pensemos a formação também feita dos “cursos de nossas vidas, aqueles acontecimentos que nos interpelam e produzem transformações em nossos modos de agir e pensar”.

Nesse sentido, o primeiro movimento foi a organização de um grupo de estudos no qual pudéssemos discutir as questões que impulsionaram o projeto. Neste artigo pretendemos apresentar os efeitos dessas reflexões, construídas no processo de desenvolvimento do projeto de extensão, bem como no grupo de estudos, tendo como tema gerador o “Tornar-se negra na

⁵ De forma a cumprir a exigência de retirar qualquer identificação do trabalho e assegurar a avaliação cega, excluímos do resumo e de todo o artigo apenas para a submissão, os nomes do projeto de extensão e da universidade que o subsidia.

licenciatura em Biologia” e as implicações desses processos na formação de professoras engajadas com a educação das relações étnico-raciais no ensino de Biologia.

Para isto, inicialmente propusemos a leitura das contribuições da psiquiatra e pesquisadora Neusa Santos Souza presentes em seu livro “Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social” (1983), deslocando os debates do campo da psicologia e psicanálise para refletirmos os significados e possibilidades de uma educação antirracista no ensino de Biologia. A partir dos encontros do grupo e de trechos das narrativas das próprias licenciandas, são apontadas perspectivas possíveis para a formação de professoras negras de Biologia, pensando as articulações entre gênero e raça.

A seguir, apresentaremos algumas questões que vem sendo desdobradas a partir da criação do grupo de estudos, como *espaçotempo* de formação e experiência; algumas considerações sobre o livro escolhido para o estudo e como ele tem colaborado e indagado a formação em Biologia para educação das relações étnico-raciais, bem como as condições de formação de mulheres negras em intersecção com as questões de gênero e raça; e finalizando, apresentamos uma reflexão sobre a invenção do outro, dando a ver como o ensino de biologia pode atuar na produção emancipatória do outro, considerando gênero e raça.

2 O grupo de estudos como *espaçotempo* de experiência e formação

A lógica hegemônica de muitos cursos de formação de professores/as, incluindo os de Biologia centrada em referências eurocêtricas e masculinas não tem contribuído para a credibilização necessária ao conhecimento científico produzido por mulheres negras. Nessa concepção, os cursos de formação de professores/as de Biologia reforçam uma “narrativa histórica eurocêntrica que reduz a existência ancestral de outros povos ao abismo do esquecimento e coloca a Europa no topo do progresso e das civilizações” (PINHEIRO, 2019, p. 331). Um contexto que dificilmente nos permite realocar as mulheres negras como produtoras de conhecimento científico. Nesse sentido, ao construirmos o grupo de estudos como parte do Projeto de Extensão, investimos em proporcionar às licenciandas negras o encontro com produções científicas feitas por mulheres negras, para, ao refletirmos sobre seus estudos, também criarmos espaços possíveis em que em suas formações, tenham condições de se enxergarem não somente como professoras de Biologia, mas professoras e mulheres negras em toda sua diversidade.

No contexto de concepção do grupo e dos processos desenvolvidos ao longo dos encontros, e na tentativa de oferecer um outro espaço de formação não centrado somente em questões teóricas, temos delineado o grupo como *espaçotempo* da experiência. Compreendemos, juntas com Jorge Larrosa (2014) e Núria Perez de Lara e José Contreras (2010), que os saberes que produzem sentido em nossa formação são aqueles que agenciamos através dos acontecimentos surgidos em nossas trajetórias de vida. Portanto, a experiência aqui é entendida como os acontecimentos que nos atravessam e que nos deslocam dos nossos lugares de conforto, forçando o nosso pensamento a pensar o que não havíamos pensado antes (LARROSA, 2014). Trans(formando)-nos outra, deixando marcas em nossos corpos. “El

cuerpo es el lugar donde se inscribe cada historia singular, el lugar donde sentimientos y pensamiento se manifiestan, en latidos, en palabras, en imágenes, en nudos que oprimen o en brisa que orea el alma” (PEREZ DE LARA, CONTRERAS, 2010. p. 31). Essa concepção de formação nos possibilitou a aproximação com a discussão sobre práticas antirracistas no ensino de biologia e a formação de professores/as, fazendo do próprio grupo um espaço de educação das relações étnico-raciais, pondo também em jogo, aquilo que nos atravessa, que nos toca e nos afeta como mulheres negras professoras em constante formação.

Entender o grupo de estudos como espaço tempo de experiência, significa colocar em discursos não somente a formação de professores/as de biologia para educação das relações étnico-raciais, mas sobre as condições de formação das mulheres negras nesse processo. Uma das estudantes do grupo de estudos compartilha como parte do seu processo de escrita: *“Este projeto está sendo de grande importância para mim e para o meu desenvolvimento na minha formação, porque ele tem trazido muitas questões que nunca passaram pela minha cabeça e que durante toda minha vida nunca havia pensado, muitas coisas que eu via no dia a dia que achava “normal”, porém hoje vejo que aquilo não tem nada de normal[...] esse projeto também está me fazendo me reconhecer como negra e me aceitar[...] na verdade eu não tinha entendimento do que isso representava”*. Para que alguma coisa nos passe ao longo do grupo de estudos, temos movimentos constantes de nos mostrarem disponíveis, oferecendo uma à outra, nossos silêncios, nossas risadas, nossos olhares, nossos incômodos, raivas e desabafos.

A obra que serviu de base para nosso estudo foi o livro “Tornar-se Negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social” escrito por Neusa Santos Souza e publicado pela editora Graal em 1983, fruto de sua dissertação de mestrado orientada por José Otávio de Freitas Júnior e co-orientada por Gregório Barembliitt no Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (IBRAPSI), defendida em 1981.

A autora apresenta inúmeras narrativas ouvidas durante a sua pesquisa. As falas registradas suscitam questões relacionadas à estética, à corporeidade, sexualidade, intelectualidade, dentre outras experiências vividas por pessoas negras em ascensão social no Rio de Janeiro.

Desde o campo da psicanálise, o livro nos ajuda a compreender como o racismo age na produção de subjetividade de pessoas negra. Pois, “para afirmar-se ou para negar-se, o negro toma o branco como marco referencial. A espontaneidade lhe é um direito negado, não lhe cabe simplesmente ser – há que estar alerta” (SOUZA, 1983. p. 27). É o ideal branco quem define o que é aceitável e o seu contraponto. Em uma sociedade cuja estrutura é racista e patriarcal, ser mulher negra constitui a incorporação de uma base de exploração econômica, psíquica, social, sexual etc.

3 A invenção do outro: a base da exploração

Nos livros didáticos e nas aulas de História que circulam pelas escolas, ao menos as que frequentamos enquanto alunas, professoras e mães, vimos sempre as mesmas cenas,

reconstituídas de inúmeras formas. A história de chegada de uma suposta civilização às novas terras, o novo mundo... Mundo este a ser conquistado, desbravado, dominado e educado aos valores civilizatórios europeus. Como imagem dessa relação de dominação colonial, apresentamos a pintura “América” (1575) do artista Jan Van der Straet. Arte que retrata a cena inaugural da colonização, do encontro entre Américo Vespúcio com a Nuova Terra, futuramente nomeada “América”.



Figura 1 - América, de Jan Van der Straet (1575)

Américo Vespúcio, o Descobridor, vem do mar. De pé, vestido, encouraçado, cruzado, trazendo as armas europeias do sentido e tendo por detrás dele os navios que trarão para o Ocidente os tesouros de um paraíso. Diante dele a América Índia, mulher estendida, nua, presença não nomeada da diferença, corpo que desperta num espaço de vegetações e animais exóticos. Cena inaugural. Após um momento de espanto neste limiar marcado por uma colunata de árvores, o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria história. Fará dele o corpo historiado – o brasão – de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América “Latina” (CERTEAU, 1982, p. 9).

A pintura e o trecho destacado dão a ver a relação a que historicamente vimos sendo submetidas. Aos nativos e nativas desta terra e os que posteriormente, chegaram por meio do tráfico de escravos foi reservado o lugar da outridade, que nas palavras de Kilomba, configura

a “personificação de aspectos repressores do ‘eu’ do sujeito branco. (...) Nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer parecer” (2019, p. 38).

Os outros, narrados e definidos como irracionais, incivilizados/as, bestiais, inclinados à emoção e à natureza. Os/as quais deveriam se render à civilização e trazida por aqueles autodenominados racionais, culturais, tecnológicos e civilizados. Dentre essas tecnologias trouxeram como arma do sentido a escrita conquistadora (CERTEAU, 1982), com a qual inventaram para si o lugar central no mundo, a referência de ser humano: branco, macho, hétero, cristão e europeu. Um modelo a ser aprendido, respeitado, desejado e produzir resignação aos Outros pelas suas condições já definidas de antemão; os “‘Outros’ da sociedade, aqueles [e aquelas] que nunca poderão ser realmente parte dela, os estranhos [que] ameaçam a ordem moral e social” (COLLINS, 2019, p. 136), cujas formas de vida, pensamento, religiosidade e conhecimento não se enquadram no que fora determinado como a referência, o modelo, a matriz... Um padrão de normalidade que “se transforma em regra indiscutível e indisimulável. [que] autoriza a la segregación, la violencia. y también a la promesa de inclusión” (SKLIAR, 2011, p. 279). Todos esses Outros, inomináveis, depositários dos demônios da civilização, “ao mesmo tempo, são fundamentais para sua sobrevivência, porque os indivíduos que estão à margem são os que explicitam os limites da sociedade” (COLLINS, 2019, p. 136).

A pintura acima, bem como inúmeras outras compõem o que podemos chamar de imaginário social. Imagens que estão a serviço da produção do outro, “mas desse outro que é transformado, inventado e fabricado exclusivamente como um alvo de todas e cada uma das modalidades de racismo” (SKLIAR, 2016, p. 16). Uma narrativa que abriga a representação do pensamento binário, que categoriza elementos como opostos, dando-lhes grau de hierarquia, modo de funcionamento estruturante para a modernidade: homem/mulher, cultura/natureza, civilização/primitivo. Esse pensamento categoriza os sujeitos, reforça e justifica as diferentes opressões que se interseccionam, como o racismo, o sexismo e problemas sociais. Collins (2019) afirma que, nesse modo de funcionamento, “a diferença é definida em termos opostos” (p. 137).

Como bem afirmam as autoras acima, a outridade foi inventada e vem sendo constantemente atualizada a fim de manter a predominância de uma mesmidade: o padrão, a norma, o esquadro pelo qual somos submetidas constantemente. Grada Kilomba (2018), diz que uma das características presentes no racismo é a produção da diferença em relação ao que é, também, construído como a norma. Essa diferença construída gera também uma outra característica: “estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos” (p. 75). Contudo, tais valores necessitam, para sua eficácia, que sejam naturalizados tanto entre aquelas e aqueles que serão subjugadas/os como os outros nessa relação hierárquica quanto aquelas e aqueles cujas vidas se beneficiarão dos privilégios que lhes vier. Como afirma Peggy McIntosh,

Eu acredito que os brancos são cuidadosamente ensinados a não reconhecer os privilégios brancos [...]. Passei a ver o privilégio branco como um pacote de benesses imerecidas com as quais possa contar todos os dias, mas que eu

A ativista americana antirracista McIntosh nos ajuda a entender, no pequeno trecho acima, que o racismo está intimamente ligado à produção da normalidade, não somente para a educação e a conformação das/os que são exploradas/os como também para a naturalização das/os que de algum modo usufruirão dessa exploração, haja vista a enorme dificuldade de reconhecimento, por parte das pessoas brancas, da presença do racismo em nossa sociedade.

“O fato de racializar um grupo, um indivíduo, um país, uma comunidade, uma raça etc. é o ato de matar mais cedo ou mais tarde” (SKLIAR, 2016, p. 16), inventando um “outro” que servirá para reafirmar o lugar da norma. Esse outro inventado, racializado servirá para quitar qualquer possibilidade de subjetividade daquelas e daqueles resignados a esse sistema, por isso torna-se um ato de morte. Barbara Christian, crítica feminista negra vai mais além na discussão sobre a produção dessa diferença. Afirmou que “a mulher africana escravizada se tornou a base da definição do Outro em nossa sociedade” (CHRISTIAN, 1985 apud COLLINS, 2019, p. 136). Somos o outro do outro, a base da exploração.

Na tentativa de forjar dispositivos que nos possibilitam ao exercício de deslocarmo-nos do lugar de objeto, enfrentando a lógica binária moderna, dominador-dominado... Exercitamos momentos de escritas. No fragmento abaixo trazemos algumas das questões com as quais temos nos implicado neste processo.

4 Por uma política da narrativa que invente modos outros de seguir vivendo

“Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (p. 17). Esta é a primeira frase escrita por Neusa Santos Souza em seu livro. A primeira linha já enunciando o que ao longo do texto ela vem reforçar: engendrar “um gênero de conhecimento que viabilize a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange à sua emocionalidade” (1983. p. 17). O racismo no Brasil assume características perversamente violentas, de tal modo que somos levadas a duvidar da natureza das ações racistas. Como disse Sueli Carneiro, “esse tipo de racismo se assemelha a um animal perigoso, que ataca à noite, silenciosamente, e cuja existência se denuncia apenas pelos rastros, pelas vítimas que se encontram pela manhã” (2018, p. 132). As condições de vida em que muitas mulheres negras estão inseridas, nos faz perceber os rastros deixados por esse animal perigoso. Enunciar nossas experiências, tornar público aquilo que supostamente acontece na dimensão do privado é um ato político, e a escrita assume aqui um dispositivo que pode nos possibilitar o enfrentamento à besta fera.

Em cada encontro do grupo de estudos, portanto, colocávamos a experimentar o exercício de escrita. Escrevíamos sobre nossas questões, nossas experiências com a leitura do livro e até mesmo sobre o ato de enfrentar o medo de escrever que desejávamos/necessitávamos escrever. Escrever sobre aquilo que nos toca, sobre as nossas afetações pode ser visto como ato

narcísico. No entanto, “tais escritos ‘pessoais’ são uma ‘crítica persistente e (des)construtiva à teoria’ um debate sobre a impossibilidade de o corpo e as construções racistas sobre escaparem dentro da ‘máquina de ensino’” (KILOMBA, 2019. p. 63)

Ao narrar a relação entre meu corpo e o mundo, desvelo o racismo cotidiano e possibilito que outras mulheres façam conexões comigo ao perceberem que suas histórias, embora sejam singulares, são fruto de ações mais amplas: sociais. Através da escrita enquanto gesto de narrativa de si, “que damos nome àquelas ideias que – [antes da escrita] – não têm nome nem forma, que estão para nascer, mas já são sentidas” (LORDE, 2019. p. 45). Estamos assumindo nosso lugar de sujeitos e enfrentando a posição que por muito tempo nos foi reservada: o lugar de objeto, de *infans*. “Exatamente porque temos sido falados, infantilizados” (GONZALEZ, 1984).

Infans é um termo de origem latina que se refere aquele e aquela que não fala, por isso precisa ser falado/a pelos outros. A fala aqui assume papel fundamental para o que pretendemos trazer neste fragmento do artigo. Lélia Gonzalez nos provoca dizendo que temos sido faladas, infantilizadas, tornadas assujeitadas em nossas próprias histórias. Fomos por muito tempo consideradas objetos de pesquisa nas produções científicas desde as diferentes áreas do conhecimento. Enquanto objetos, tornamo-nos o outro do outro, ser exótico a ser dissecado e estudado por aqueles de até então esforçam-se na manutenção de uma hegemonia episteme.

Ao questionarmos o lugar de objeto, reivindicamos a assunção ao lugar de sujeitos. Enquanto sujeitos temos “o direito de definir [nossas] próprias realidades, estabelecer [nossas] próprias identidades, de nomear [nossas] histórias” (hooks, 1989. p. 42)

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. (EVARISTO, 2005. p. 2)

A escrita como um modo de ferir o silêncio imposto e um gesto teimoso de engendrar para si outros discursos, diferentes daqueles já produzidos por outrem. Uma escrita de si que seja “gerada a partir da voz de negros que, mais ou menos contraditória ou fragilmente, batem-se por construir uma identidade que lhe dê feições próprias, (...) transformadora da História – individual e coletiva, social e psicológica” (SOUZA, 1983, p. 78).

Por isso, apostamos na escrita como uma política da narratividade. Escrever como gesto de tornar público o que tentaram nos fazer acreditar ser algo privado e de responsabilidade individual. Escrever como gesto de inventar a si mesma de modos outros. Escrever para fugir da complacência colonial. Escrever como gesto de empretecer a folha em branco. Escrever como gesto, porque não é ação mecânica apenas da ponta dos dedos em movimentos de pinçar o lápis e de teclar no computador. Escrevemos e inscrevemos em nosso interior, “nas vísceras e nos tecidos vivos — cham[amos] isto de escrita orgânica” (ANZALDÚA, 2000. p. 234).

5 Por uma educação antirracista na licenciatura Biologia

A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo.
Jurandir Freire Costa

Já anunciado os efeitos violentos que o racismo impinge sobre nossos corpos, ao ouvir narrativas quase que coletivas, dada a sua constante presença na vida de muitas mulheres negras, questionamo-nos: como aprendemos que o ideal de ego é o branco? De forma escancarada, ninguém! Mas as sutilezas utilizadas para demonstrar que o branco é melhor que o negro, faz com que nós entendamos isso como um padrão a ser alcançado, o padrão tido como “perfeito”. Também assim, podemos perguntar: como ao ensinar ciências/biologia ensinamos e educamos sobre a existência de um ideal de ego, e que este é branco? Para Douglas Verrangia (2014, p.11), “o ensino de ciências incorpora uma forma de propaganda racista sutil, difícil de ser detectada, principalmente tendo em vista que essa forma de conhecimento é comumente percebida como politicamente neutra”. Sutilezas essas que existem não somente no ensino de ciências, mas também por outros espaços educativos. Vejamos o exemplo muitos livros didáticos e paradidáticos: onde estão os corpos negros nos livros de biologia e ciências? Ainda é presente muitos livros de Ciências e de Biologia que “são pouco adequados para apoiar o trabalho docente com intuito de discutir as relações étnico-raciais” (VERRANGIA, 2014, p. 2019). Em análise da representação social de corpos humanos em livros didáticos de Biologia, Florença Silvério e Marcelo Motokane, constatam que a maior parte dos corpos humanos encontrados em livros de Biologia são representativos de pessoas brancas. Príncipes e princesas dos contos de fadas comumente são brancos de olhos claros! Quando muito, aparecemos apenas para representar escravidão, fome, pobreza etc. Nesse contexto, como professores/as de Biologia podem atuar para uma educação antirracista, se muitos dos livros didáticos não lhe dão apoio? E, no que é problema maior deste trabalho: como licenciandas negras de biologia, podem pensar suas atuações para uma educação antirracista na escola por exemplo, quando ainda muitos livros têm colaborado para a difusão do padrão de normalidade?

A educação antirracista vai além do ensino objetivo de conceitos como racismo, preconceito, branquitude... Perpassa também um contínuo processo de autoaceitação e percepção do ranço racista presente em nossa cultura e nossa língua. Palavras e ações que são consideradas racistas, passam sutilmente em nosso cotidiano, mas causam um grande impacto na produção da subjetividade de pessoas negras, bem como na manutenção e naturalização do pacto da branquitude, que segundo Schucman (2012), trata-se da naturalização dos privilégios. Educar, desde uma perspectiva antirracista, não é um simples conteúdo a ser lecionado como qualquer outro, necessitamos observar que apesar do ensino de biologia ser centrado em conteúdos do campo da Biologia, questões que tratam das relações étnico-raciais podem ser trabalhadas a todo momento e não somente situá-las em conteúdos isolados ou em datas comemorativas, como comumente tem acontecido.

Nesse sentido, a narrativa de uma das integrantes do grupo de estudos colhida de sua participação em uma aula na licenciatura nos permite pensar sobre a visão que ainda permanece entre licenciandos/as de Biologia e professores/as formadores/as de que a educação das relações étnico-raciais é um conteúdo e tema de aula. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (CNE/ CP 3/2004, 2004, p.32) nos ajudam a dizer quando afirmam que: “a Educação das Relações Étnico-Raciais [...] será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições”.

Com base no meu entendimento montei minha sequência didática que tinha como base no primeiro encontro falar sobre racismo e preconceito, no segundo encontro abordar os tipos de pele e sua classificação segundo Thomas B. Fitzpatrick, no terceiro encontro falar sobre a história por traz dos penteados afro e os tipos de cabelo (liso, ondulado, cacheado, crespo), e no quarto e último encontro levar a realidade do negro falando sobre “crianças matáveis” e levar referências de heróis negros.

Para minha micro aula escolhi falar sobre o cabelo, após a minha apresentação o professor(a) e um aluno(a) (escolhido(a) ao acaso) iriam avaliar e citar o que acharam da apresentação, e quando questionado sobre sua opinião referente a minha apresentação e conteúdo escolhido o aluno(a) que avaliou disse que eu havia fugido do tema ao falar sobre cabelo e não do racismo em si e o professor(a) concordou até então com essa opinião, quando fui questionada respondi: Educação antirracista não é ensinar sobre racismo ou preconceito, é uma construção primeiramente de auto aceitação e a construção da aceitação dos demais a nossa volta, escolhi falar sobre cabelo por que é importante nos conhecermos e fazer com que o outro nos conheça, criando assim um entendimento que vai além das palavras e características vistas como feias.

E ao ler minha sequência de didática o professor(a) e o aluno(a) passaram a entender melhor sobre o ensinamento sobre racismo e viram que realmente não é um conteúdo que simplesmente é ensinado de uma única forma, é uma construção, construção do entendimento, do ser negro, do tornar-se negro. (Narrativa de uma integrante do grupo de estudos)

Entender a formação como professoras/es de Biologia antirracistas nos indaga sobre as nossas limitações, desafios e complexidades em “promover processos educativos que possibilitem a todas as pessoas superar preconceitos raciais, estimulem-nas a viver práticas sociais livres de discriminação [...] vivendo, assim, relações étnico-raciais positivas, justas” (VERRANGIA, 2014. p. 9). Pensar processos formativos de licenciandos/as de Biologia, é exigido de nós também professores/as formadores/as, a desnaturalização de nossos olhares sobre as relações étnico-raciais, criando condições para que em seus percursos como licenciandos/as em formação para uma educação antirracista, possam vivenciar em suas relações positivas. Finalmente, pensando as questões que pretendemos abordar nesse texto, é necessário que não somente seja colocado em questão a formação de professores/as de biologia antirracistas, mas a formação de mulheres negras e professoras de biologia antirracistas,

considerando que suas vidas são atravessadas também não só pelas suas condições como licenciandas, mas pelo cruzamento de gênero e raça.

Considerações finais: Por que pensar a formação de professoras negras antirracistas?

As vivências na licenciatura em Biologia como professora formadora e licenciandas nos permite ainda ver que a educação das relações étnico-raciais ainda é pouco refletida ao longo do processo de formação, a despeito dos nossos desejos em ofertar uma outra formação para licenciandas negras a partir de um projeto de extensão. Não somente isto, mas com as narrativas das estudantes ao longo dos encontros, pudemos refletir sobre a ausência em suas formações de discussão das mulheres negras e intelectuais como produtoras de conhecimento. Nas matrizes epistemológicas, são os homens brancos, hétero e cristãos que detém o poder de produção de conhecimento. No entanto, através dos movimentos de luta e de enfrentamento à essa lógica colonial que vislumbramos mudanças nesse *status quo*, mulheres negras e não negras ocupando espaços e narrando os seus saberes, produzindo conhecimento e dispositivos teórico-metodológicos que partam de outras cosmovisões, outras perspectivas.

Apontar diálogo entre as mais diversas áreas do conhecimento com o Ensino de Biologia, como assim experienciamos no grupo de estudos, nos possibilitou a criação de outros sentidos para o que conhecemos enquanto conceito de vida, de corpo, de natureza, de ensino, de ciência. Desfragmentar o corpo enquanto organismo vivo que se constitui na – e somente na – relação com o mundo sem hierarquias e relações de dominação nos dão pistas sobre elementos para uma educação antirracista no ensino de Biologia.

Assim, atuar na educação das relações étnico-raciais, requer de nós gestos de ensino-aprendizagem que nos possibilitem partilhar nossas realidades para que outras meninas e mulheres possam reconhecer sua negritude, se conectar e produzir para si modos de enfrentamento ao racismo cotidiano. Pois, como bem afirma Neusa Santos Souza (1983), perceber-se negra vai além da constatação do óbvio. Ainda assim, tendo em vista que a constituição histórica do nosso país se atravessa pelas inúmeras investidas de ações eugenistas de embranquecimento da população, esse “óbvio” só é possível após muito trabalho de “descortinar muitos véus” (1983. P. 17). Tornar-se negra, neste sentido, é perceber que em suas experiências (LARROSA, 2014) viveu processos de massacre de sua subjetividade. Mas também, forjou para si, brechas de sobrevivência nas quais fossem possíveis resgatar sua potência por meio da arte, da literatura e áreas afins.

Referências

ANZALDUA, Gloria Evangelina. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p.229-236, jan. 2000.

Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>>. Acesso em: 30 maio 2018.

BENITE, ANNA M^a CANAVARRO et al. Cultura africana e afro-brasileira e o ensino de química: estudos sobre desigualdades de raça e gênero e a produção científica. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-36, nov. 2018 DOI: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698193098>.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CNE/ CP 3/2004. *Parecer nº3 /2004 de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

CONTRERAS DOMINGO, José; PEREZ DE LARA, Nuria. *Investigar La Experiencia Educativa*. Madrid: Morata, 2010

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 1-16

EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, N. M. B. & SCHNEIDER, L. (Orgs.) *Mulheres no Mundo: Etnia, Marginalidade e Diáspora*. João Pessoa, UFPB: Ideia/Editora Universitária, 2005

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz António Machado da (Comp.). *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Brasília: Ciências Sociais Hoje, 1983. p. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20> Acesso em: 10 set. 2018.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LARROSA, Jorge. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MACAMBIRA, Leidiane dos Santos Aguiar. *Os modos como vamos nos tornando mulheres negras e educadoras antirracistas: narrativas de formação para pensar a educação das relações raciais*. 2020. 138 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, [S.L.], n. 19, p. 329-344, 2 ago. 2019. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciência*.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. 160f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Disponível em: <https://tesesusp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

SILVÉRIO, Florença Freitas; MOTOKANE, Marcelo Tadeu. *O Corpo Humano e o Negro em Livros Didáticos de Biologia*. *Revista Contexto & Educação*, Unijuí, v. 34, n. 108, p. 26-41, maio 2019.

SKLIAR, Carlos. *Lo dicho, lo escrito, lo ignorado: ensayos mínimos, entre educación, filosofía y literatura*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2011.

SKLIAR, Carlos. A materialidade da morte e o eufemismo da tolerância. Duas faces, dentre as milhões de faces, desse monstro (humano) chamado racismo. *Revista Prâksis*, Novo Hamburgo, v. 1, n. 1, p. 15-26, maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/520/439> Acesso em: 10 maio 2020.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983

VERRANGIA, Douglas. Educação Científica e Diversidade Étnico-Racial: o ensino e a pesquisa em foco. *Interacções*, v.10, n.31, p.2-27, 2014. DOI: <https://doi.org/10.25755/int.6368>